

DIVULTEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -GLASSRAL

PROCESSO: 132/1.14.0002702-9 (0005358-88.201.4.82.1013)

52° RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Apresentado em junho de 2020





ÍNDICE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

- 1. INTRODUÇÃO
- 2. RESUMO
- 3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS
- 4. ENDIVIDAMENTO
- 5. DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS
- 6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

INTRODUÇÃO

O processo de recuperação judicial da Divultec Indústria Comércio e Serviços Ltda. segue seu curso na forma da lei.

A Recuperanda vem cumprindo suas obrigações processuais, com a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF). Informações de sua atividade estão sendo prestadas à Administração Judicial e aos credores, quando solicitadas. Os documentos da competência de abril foram enviados no dia 29 de maio de 2020.

Todos os documentos que serviram de base para a elaboração do presente relatório estão disponíveis para consulta no site www.administradorjudicial.adv.br e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

O RMA (Relatório Mensal de Atividades) reflete a análise técnica contábil, limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas, sobre a situação da empresa.

O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial. Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda.

Ainda apresentará informações de forma a elencar os principais pontos desenvolvidos e em andamento na empresa, com base na premissa básica da Lei de Recuperação Judicial, que se menciona a seguir:

"Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica"

1. ASPECTOS JURÍDICOS



Cronograma Processual da Recuperação Judicial da Divultec

| Data | Evento | Lei 11.101/05 | Data | Evento | Lei 11.101/05 |
|------------|---|---|--------------|--|--------------------|
| 23/05/2014 | Ajuizamento do Pedido de Recuperação | | 13/10/2016 | Homologação do PRJ | |
| 20/06/2014 | Deferimento do Pedido de Recuperação. | art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1º | 26/06/2018 | Apresentação de novo Plano de Recuperação Judicia por força do julgamento do Agravo 70071984793. | l, |
| 02/07/2014 | Publicação do 1º Edital pelo devedor. | art. 52, § 1º | 12/12/2018 | Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no | art. 53, § Único |
| 23/07/2014 | Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ | art. 7°, § 1° | 22/02/2019 | D.O. Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ | art. 53, § Único e |
| 05/05/2015 | Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O. | art. 53, § Único | | Republicação de aviso sobre o recebimento do PRJ | art. 55, § Único |
| 16/06/2015 | Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ | art. 53, § Único e | 02/03/2020 | no D.O – decisão de 01/2020 | |
| | | art. 55, § Único | 12/03/2020 | Fim do prazo para apresentar impugnações | 55, § Único |
| 05/05/2015 | Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital | art. 7º, § 2º | | Fim do prazo para apresentar objeções ao PR. | <u> </u> |
| 19/05/2015 | Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo | art. 8° | SUSPENSO | considerando as resoluções publicadas pelo TJ/RS em razão da pandemia do Covid-19. | |
| 29/03/2016 | Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC | art. 56, § 1º | | Homologação do PRJ | |
| | | | | <u> </u> | |
| 20/04/2016 | 1ª Convocação da Assembleia Geral de Credores | art. 36, I | | Fim do prazo de recuperação judicial, conforme Novo Plano de Recuperação Judicial. | |
| 27/04/2016 | 2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores | · · · · · · · · | previstos na | o elaborado pela Administradora Judicial com base no Lei 11.101/05 e as datas de suas ocorrências conform | • |
| | | | processual. | F | |
| | | | | Eventos ocorridos Data estimada | |
| 4 | | | | Data Calinada | |

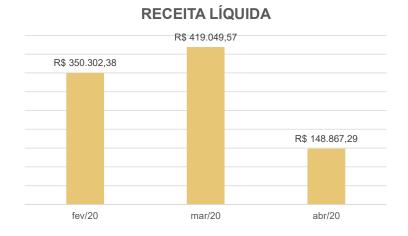
2. RESUMO



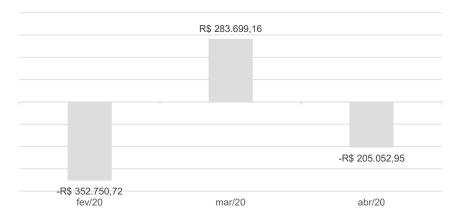
DIVULTEC

Dados operacionais e financeiros

- Atividade: A Divultec trabalha com estampagem de copos, canecas, taças, garrafas, entre outros produtos de vidro
- **Funcionários**: em abril a empresa realizou 5 demissões, em virtude da crise instaurada pela COVID-19, dos 26 empregados que restaram em seu quadro funcional, 9 estão com contrato suspenso nos termos da MP 936/2020.
- Dados Financeiros-Econômicos: consta no Balanço Patrimonial da Recuperanda o saldo em caixa de R\$525.396,58, contudo, o valor não corresponde à realidade, a empresa comprometeu-se a regularizar o saldo da conta no decorrer do exercício social de 2020. Embora solicitado, a empresa não informou o montante que possui em caixa. Confirmou-se que a empresa descarrega seus estoques diretamente nos custos da mercadoria vendida, o que acarreta distorção dos seus resultados mensais, que constam na Demonstração do Resultado do Exercício, entretanto, a empresa não aludiu proceder com escorreita ao cálculo. Destaca-se que, com espeque nas normas contábeis, os custos da mercadoria vendida mostram-se por intermédio da fórmula estoque inicial + compras estoque final.
- No mês de abril, a Recuperanda viu seu faturamento decrescer 62%, refletindo a crise anunciada pela COVID-19, enquanto seus custos majoraram 3%. Como já mencionado, o cálculo mostra-se equivocado, absorvendo as receitas líquidas e resultando em lucro bruto negativo. As despesas operacionais retraíram 35%, enquanto as despesas financeiras cresceram 10% no período de abril. Da dinâmica entre faturamento, custos e despesas, a Recuperanda vivenciou resultado final negativo, conforme mostram os gráficos.



RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO



2. RESUMO



DIVULTEC

Endividamento concursal

- O endividamento concursal apresentado pela Recuperanda é de **R\$4.844.857,03**, sendo que a Classe Trabalhista (Classe I) representa 41,38% da quantidade de credores, Classe Quirografária (Classe III) representa 66,37% do passivo total.
- Os dois maiores credores são o Banco do Brasil da Classe II no montante de R\$1.615.944,17 e Caixa Econômica Federal da classe III, de R\$1.268.078,00.

| Natureza | Quantidade de credores | % quantidade de credores | Valor total | % Valor total | Valor médio |
|---------------|------------------------|--------------------------|--------------|---------------|--------------|
| Trabalhista | 12 | 41,38% | 13.567,94 | 0,28% | 1.130,66 |
| Garantia Real | 1 | 3,45% | 1.615.944,17 | 33,35% | 1.615.944,17 |
| Quirografário | 16 | 55,17% | 3.215.344,92 | 66,37% | 200.959,06 |
| Total | 29 | 100% | 4.844.857,03 | 100% | 167.064,04 |

Passivo com terceiros

> Em abril, a Recuperanda apresentou um passivo total de R\$6.932.554,90 sendo distribuídos da seguinte forma:



2. RESUMO



DIVULTEC

Acompanhamento processual

- Da homologação do plano de recuperação judicial, houve interposição de agravo de instrumento por parte do Banco do Brasil, julgado em 29.03.2017, oportunidade em que dado provimento ao recurso determinando que a recuperanda apresentasse novo plano de recuperação judicial. De tal decisão, a empresa interpôs Recurso Especial, tombado sob o nº 70074276676, não admitido. A recuperanda ainda agravou da decisão, o referido agravo tramitou sob o nº 70076242841 e, igualmente, não foi conhecido, já ocorreu o trânsito em julgado.
- A apresentação do novo plano foi cumprida nos autos (fls. 1.439/1.468).
- Igualmente, a publicação do novo aviso do art. 53, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05, inerente ao recebimento do plano de recuperação judicial, ocorreu em 12.12.2018, no intuito de cientificar os credores quanto a possibilidade de apresentar eventuais objeções no prazo de 30 (trinta) dias, que findaria em 22.02.2019. No entanto, o juízo recuperacional verificou erro no conteúdo do edital publicado pela serventia cartorária, determinando a sua republicação.
- A republicação do edital ocorreu em 02.03.2020, com o seguinte objeto: "ciência aos credores da recuperanda acima indicada, do plano de recuperação apresentado no processo supra (fls.1419/1468), do qual consta a relação de credores, ficando cientes de que dispõem do prazo comum de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital, a fim de que manifestem eventual objeção ao plano e/ou eventual impugnação à relação de credores, na forma do art. 55 e § único, da lei 11.101/2005."

Visitas do Administrador Judicial

Em reunião realizada no dia 01 de outubro de 2019, a empresa confirmou que o saldo do caixa, contemplado nos demonstrativos, ainda pende de regularização, pois não condiz com a realidade da empresa, entretanto, permanece sem previsão para ajuste.

Cumprimento do plano

A homologação do Plano de Recuperação Judicial da Divultec ainda não ocorreu. Abaixo segue proposta de pagamento da empresa para cada Classe:

- **CLASSE I -** Pagamento em uma única parcela. Em 30 dias a partir da homologação do plano aprovado em assembleia geral de credores. Correção de 6% ao ano e TR mensal. Os créditos acordados serão julgados pela justiça do trabalho. Após homologação deste plano, estes novos créditos serão pagos da mesma forma, porém a partir da data de intimação da sentença.
- **CLASSE II -** Existe um único credor, que é o Banco do Brasil, com crédito no valor de R\$ 1.615.944,17. A proposta prevê pagamento em 156 meses, em parcelas iguais e sucessivas, sendo o pagamento da parcela inicial em 45 dias após a homologação do plano. O saldo líquido devedor será corrigido com juros de 6% ao ano e correção da TR mensal.
- CLASSE III- Serão pagos em 156 meses, em parcelas iguais e sucessivas, com deságio de 15% do crédito original. O início do pagamento se dará em 45 dias após a homologação do plano. O saldo líquido devedor será corrigido com juros de 6% ao ano e correção da TR mensal.



Histórico de atividades

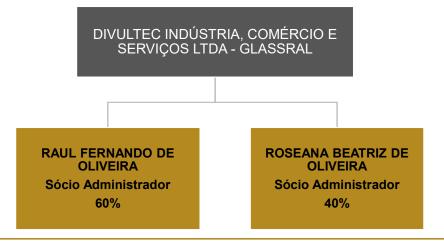
A empresa iniciou suas atividades em 1982, com a instalação de som industrial e elétrico, migrando para estúdio de gravação comercial. No ano seguinte, a DIVULTEC passou a desenvolver atividades voltadas para propaganda sonora ambulante, atuando no mesmo ramo até 2000.

No ano de 1992, enfrentou sua primeira crise econômica financeira, ocasião em que precisou reestruturar suas atividades. Como forma de superar a crise, a DIVULTEC apostou na fabricação de amplificadores, a aposta não foi certeira e acabou por agravar ainda mais a situação da empresa.

A Recuperanda somente superou a crise quando iniciou suas atividades em estúdios de gravação. Na época, desenvolveu uma máquina para imprimir CDs, com tecnologia UV Ultra Violeta. Em 2006, devido ao crescimento dos negócios, a empresa buscou ampliar a sua capacidade produtiva, oportunidade na qual se instalou em prédio alugado, com 1.200m², na cidade de Sapiranga.

No ano de 2012, iniciou a construção de suas novas instalações, através de recursos advindos de instituições financeiras e de capital próprio, finalizando a obra em dezembro de 2013. Neste período de construção, a empresa despendeu com valores muito além do programado, havendo um descompasso financeiro.

A empresa está localizada Rua Jose Antônio De Oliveira Neto, nº 1415, CEP: 93.880-000, Das Azaleias, Município de Araricá, RS.



Produtos

A GLASSRAL trabalha com estampagem de copos, canecas, taças, garrafas, entre outros produtos de vidro. Utilizam os mais avançados processos de impressão, com equipamentos especiais de cura e pigmentos importados, que garantem a durabilidade e acabamento das estampas.

























Instalações

As imagens abaixo, foram capturadas na última visita realizada à empresa.

















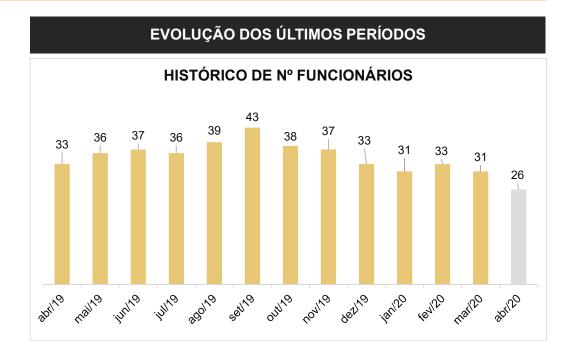


Funcionários

A fim de atender outro dos princípios da recuperação judicial – manutenção do emprego dos trabalhadores – está sendo fiscalizado o Setor de RH, para que os demais órgãos da recuperação, bem como credores, tenham conhecimento da atual situação dos funcionários da devedora.

Na competência de abril, a Divultec realizou 5 demissões, em virtude da baixa demanda de mercado instaurada pela COVID-19, e dos 26 empregados que restaram em seu quadro funcional, 9 estão com contrato suspenso nos termos da Medida Provisória 936/2020.

| GASTOS COM A FOLHA DE PAGAMENTO | | | | | |
|------------------------------------|---------|---------|--|--|--|
| | mar/20 | abr/20 | | | |
| DESPESAS COMERCIAIS COM PESSOAL | 146.062 | 138.293 | | | |
| CONTRIBUIÇÃO FGTS | 8.432 | 14.348 | | | |
| 13° SALÁRIO | 13.493 | 16.116 | | | |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 25.684 | 21.520 | | | |
| SALÁRIOS | 48.372 | 37.087 | | | |
| FÉRIAS | 45.006 | 45.398 | | | |
| PREVIDÊNCIA CONTRI. 3° | 2.984 | 1.734 | | | |
| PRÓ-LABORE | 2.090 | 2.090 | | | |
| DESPESAS COMERCIAIS COM BENEFÍCIOS | 6.001 | 2.924 | | | |
| ASSISTÊNCIA MÉDICA/FARMÁCIA | 2.537 | 2.637 | | | |
| CRECHE | 264 | 264 | | | |
| ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR | 2.703 | 23 | | | |
| VALE TRANSPORTE | 497 | - | | | |
| OTAL 152.062 141.21 | | | | | |

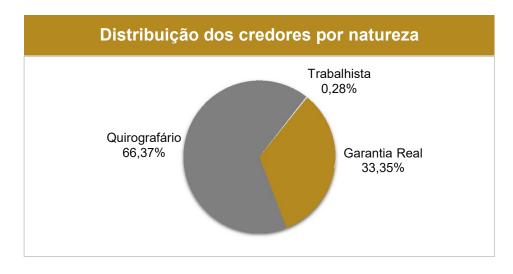


4. ENDIVIDAMENTO – CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Resumo da Relação de Credores Atualizadas

| Natureza | Quantidade de credores | % quantidade de credores | Valor total | % Valor total | Valor médio |
|---------------|------------------------|--------------------------|--------------|---------------|--------------|
| Trabalhista | 12 | 41,38% | 13.567,94 | 0,28% | 1.130,66 |
| Garantia Real | 1 | 3,45% | 1.615.944,17 | 33,35% | 1.615.944,17 |
| Quirografário | 16 | 55,17% | 3.215.344,92 | 66,37% | 200.959,06 |
| Total | 29 | 100% | 4.844.857,03 | 100% | 167.064,04 |



| | Principais credores | |
|------------|---------------------------------------|--------------|
| CLASSE | GARANTIA REAL | VALOR |
| CLASSE II | BANCO DO BRASIL S.A. | 1.615.944,17 |
| CLASSE III | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | 1.268.078,00 |
| CLASSE III | OWENS ILLINOIS DO BRASIL IND.ECOM.S.A | 804.834,52 |
| CLASSE III | BANCO DO BRASIL S.A. | 457.053,18 |
| CLASSE III | NADIR FIGUEIREDO IND.COM. S.A. | 279.013,33 |
| CLASSE III | VIDEOLAR S.A. | 260.003,06 |
| | Total | 4.684.926,26 |

4. ENDIVIDAMENTO – CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



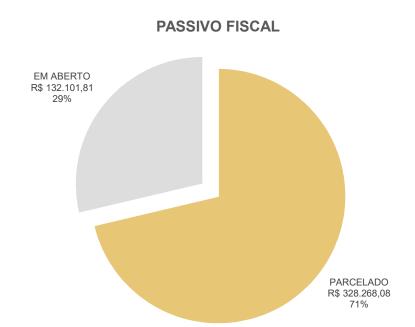
Endividamento Tributário

A empresa não possui regularidade fiscal, posto que não vem adimplindo com o PIS, COFINS e ICMS. Os parcelamentos estão ativos e sendo pagos regularmente. Em abril o montante da dívida tributária atingiu **R\$ 460.369,89** sendo que 71% deste total foi renegociado.

| POSIÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS | S |
|------------------------------|---------|
| FGTS A RECOLHER | 5.953 |
| INSS A RECOLHER | 42.699 |
| INSS RETIDO | 0,00 |
| INSS S/ ROYALTIES A RECOLHER | 1.286 |
| IRF S/ASSALARIADO A RECOLHER | 167 |
| CSLL A RECOLHER | 25.307 |
| IRPJ A RECOLHER | |
| COFINS A RECOLHER | 30.599 |
| IRF A RECOLHER | 709 |
| PIS A RECOLHER | 6.630 |
| CSR - RETIDOS 4,65% | 763 |
| PARCELAMENTO PROCURADORIA | 19.983 |
| PARCELAMENTO PERT 5190 | 40.528 |
| PARCELAMENTO PROCURADORIA LP | 71.195 |
| PARCELAMENTO PERT 5190 LP | 196.563 |
| TOTAL | 442.381 |

| POSIÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS | | | | |
|-------------------------------|--------|--|--|--|
| ICMS A RECOLHER | 12.000 | | | |
| ICMS ST A PAGAR | 5.982 | | | |
| TOTAL | 17.982 | | | |
| 1 - 1 | 17.0 | | | |

| POSIÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS | | | | |
|--------------------------------|--|---|--|--|
| ISQN RETIDO | | 7 | | |
| TOTAL | | 7 | | |





Balanço Patrimonial

| BALANÇO | fev/20 | mar/20 | abr/20 |
|---------------------------|-----------|-----------|-----------|
| ATIVO | 5.221.899 | 5.592.994 | 5.359.671 |
| CIRCULANTE | 2.581.513 | 2.943.802 | 2.734.003 |
| DISPONIBILIDADES | 517.865 | 609.908 | 530.203 |
| BENS REMUNERÁRIOS | 513.216 | 525.252 | 525.397 |
| BANCO CONTA MOVIMENTO | 4.648 | 84.656 | 4.806 |
| DIREITOS REALIZÁVEIS A CP | 2.063.648 | 2.333.894 | 2.203.800 |
| DUPLICATAS A RECEBER | 318.571 | 328.223 | 306.621 |
| ESTOQUE | 695.797 | 981.803 | 857.851 |
| TRIBUTOS A RECUPERAR | 550.511 | 538.437 | 540.494 |
| OUTROS CRÉDITOS | 282.926 | 270.947 | 285.679 |
| DESPESAS A APROPRIAR | 215.843 | 214.484 i | 213.155 |
| NÃO CIRCULANTE | 2.640.386 | 2.649.192 | 2.625.668 |
| IMOBILIZADO | 2.640.386 | 2.649.192 | 2.625.668 |

Fonte: Demonstrações financeiras fornecidas pelas Recuperandas

Análise

ATIVO

- Bens Remuneratórios: em abril o caixa se apresentou com montante de R\$525.396,58, entretanto, segundo o financeiro da Recuperanda, o valor não corresponde à realidade. A contabilidade da empresa, comprometeu-se com a regularização da conta no decorrer do exercício social de 2020. A Recuperanda não informou o valor real que possui em caixa.
- Banco conta movimento: no Banco do Brasil houve resgate de aplicações, pagamentos de ordenados e parcelamento tributário. No Banrisul as saídas foram em face também de ordem salarial, havendo pagamentos a fornecedores de forma pulverizada. O Sicredi foi a conta que mais decresceu, passando de R\$83.071,68 ao saldo de R\$3.707,39 e, dentre as principais saídas, estão o pagamento de energia elétrica de R\$ 52.983,01 e a transferência de R\$ 23.662,33 a Nadir Figueiredo, que trata-se do principal fornecedor da Recuperanda-

- Duplicatas a receber: decresceu 7% na competência de abril devido a baixa nas vendas e recebimentos no período. O financeiro da Divultec informou que o saldo não corresponde a realidade, e que já solicitou em datas anteriores que a contabilidade proceda com os ajustes, contudo, até o fechamento deste relatório, a contabilidade não se manifestou. A Recuperanda não enviou aging list para conferência do saldo em aberto.
- Estoque: diminuiu 13% em abril, devido a retração nas compras por parte da Recuperanda, e desova de produtos que já estavam estocados. A empresa remeteu inventário de seus estoques, onde foi possível verificar que estão constituídos da seguinte forma: mercadoria para revenda R\$31.377,45, matéria-prima R\$474.924,08, embalagem R\$233.851,52, produto em processo R\$70.391,11, produto acabado R\$2.314,48, estoques em terceiros R\$43.069,34, outras R\$438,55, ratificando os valores do balancete.
- Tributos a recuperar: findou abril com saldo de R\$540.494,12, sendo R\$207.130,86 de ICMS, R\$332.131,61 IPI e R\$1.231,65 ICMS S/ Imobilizado.
- Outros créditos: aumentou 5% na competência de abril, no grupo estão contemplados:
 - Adiantamentos a fornecedores: o financeiro da Recuperanda informou não saber a que se refere o montante de R\$103mil alocado na conta, podendo ser valores adiantados a Nadir Figueiredo entre os anos 2018 e 2019, que posteriormente seriam diluídos em compras, conforme houvesse necessidade. A contabilidade da empresa não se manifestou até o fechamento deste relatório.
 - Adiantamento a importações: está registrado no balancete o valor de R\$12.168,73, contudo, o financeiro da Divultec informou que a mercadoria foi toda paga, e que não há valores em adiantamento a importações. A contabilidade da Recuperanda não se manifestou a respeito, até a finalização deste relatório.
 - Adiantamento Nadir Figueiredo: houve adiantamento na competência de abril no valor de R\$12.885,50, valor que servirá de caução para compras futuras, segundo a contabilidade. Contudo, o financeiro da Recuperanda não confirmou o valor.
 - Adiantamento parcelamento: contempla as antecipações do PERT Parcelamento Especial de Regularização Tributária, que somam R\$ 47.362,37 e serão abatidas no final do parcelamento.
- Despesas a apropriar: em abril comtempla: R\$ 894,96 da Porto Seguro e HDI Seguros e apropriação de juros de parcelamentos, no montante de R\$434,42. Esta Administração solicitou as apólices dos seguros, a empresa ficou de enviar no próximo mês.
- Imobilizado: em abril o decréscimo é exclusivamente da depreciação mensal que no período o valor foi de R\$23.524,62. A Recuperanda enviou inventário de seu imobilizado, onde verificou-se discrepância no valor de R\$60.895,72 pertinente a Máquina Impressão em Vidro 201 que consta no balancete. A contabilidade da Recuperanda informou que se trata de uma máquina que ainda não ficou pronta.



Balanço Patrimonial

| BALANÇO | fev/20 | mar/20 | abr/20 |
|--------------------------------|------------|-------------|------------|
| PASSIVO | 5.622.479 | 5.709.875 | 5.681.604 |
| CIRCULANTE | 4.903.921 | 4.991.317 | 4.963.047 |
| FORNECEDORES | 2.055.756 | 2.065.730 | 2.029.777 |
| DÉBITOS TRABALHISTAS | 58.799 | 74.372 | 73.858 |
| DÉBITOS TRIBUTÁRIOS | 67.882 | 115.058 | 123.342 |
| DÉBITOS TRIBUTÁRIOS PARCELADOS | 66.566 | 63.538,56 | 60.510,71 |
| INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 1.943.424 | 1.943.424 | 1.943.424 |
| OUTROS DÉBITOS | 711.494 | 729.196 | 732.136 |
| NÃO CIRCULANTE | 1.969.508 | 1.969.508 | 1.969.508 |
| INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 1.701.751 | 1.701.751 I | 1.701.751 |
| PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS | 267.757 | 267.757 | 267.757 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | -1.250.951 | -1.250.951 | -1.250.951 |
| CAPITAL SOCIAL | 200.000 | 200.000 | 200.000 |
| (-) PREJUÍZOS ACUMULADOS | -1.450.951 | -1.450.951 | -1.450.951 |

Análise

PASSIVO CIRCULANTE

- Fornecedores: em abril ocorreram pagamentos a fornecedores de forma pulverizada e o
 principal motivo do decréscimo da conta foi a retração de novas compras por parte da
 Divultec.
- Débitos trabalhistas: atualmente a recuperanda possui 9 empregados com contrato de suspensão, de acordo, com a MP 936/2020. Os encargos sociais foram pagos regularmente.
- Débitos tributários: na competência de abril a conta aumentou devido à inadimplência de PIS. COFINS e ICMS.
- **Débitos tributários parcelados:** houve pagamento de Parcelamento da Procuradoria e PERT, cujos pagamentos ocorrem mensalmente.
- Instituições Financeiras: a conta compreende contratos com o Banco Toyota do Brasil (R\$49.584,56), BB Giro Flex (R\$475.277,71), Giro Fácil Caixa (R\$816.203,89), Caixa Econômica Federal (R\$149.635,19), Empréstimo Caixa Econômica Federal (R\$452.722,16), nenhuma das contas houve movimentação. Questionada quanto aos montantes não acostados na Recuperação Judicial, a Companhia comprometeu-se, no próximo mês, em informar a que se refere a cada um dos valores. A contabilidade da empresa adiantou que parte destes valores são da contabilidade antiga, e que pretende regularizar no próximo mês
- Outros débitos: contempla Pró-labore (R\$1.860,00), Provisões (R\$68.457,82), empréstimo de Clea Weis Nascimento (R\$521.311,73) e Adiantamentos a Clientes (R\$128 mil) que, de acordo com o financeiro da Recuperanda, não está correto, pois a Divultec não possui valores adiantados de clientes. Em abril houve o pagamento de R\$ 5 mil a Clea Weis, pelo empréstimo realizado em 01/2020

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Não houve movimentações no período.



Demonstração de Resultado

| | fev/20 | mar/20 | abr/20 | Saldo 2020 |
|--|------------|------------|------------|------------|
| RECEITA BRUTA | 482.784,17 | 495.705,10 | 188.865,36 | 1.629.773 |
| (-) DEDUÇÕES SOBRE VENDAS | -132.482 | -76.656 | -39.998 | -339.314 |
| RECEITA LÍQUIDA | 350.302 | 419.050 | 148.867 | 1.290.459 |
| CUSTOS | -436.633 | 171.564 | -177.091 | -628.800 |
| CMV | -436.633 | 171.564 | -177.091 | -628.800 |
| LUCRO BRUTO | -86.330 | 590.614 | -28.224 | 661.659 |
| DESPESAS | -250.481 | -244.169 | -158.342 | -873.828 |
| DESPESAS COMERCIAIS C/PESSOAL | -93.500 | -83.060 | -65.562 | -325.899 |
| DESPESAS COMERCIAIS BENEFICIOS | -8.949 | -5.770 | -2.829 | -23.647 |
| DESPESAS COMERCIAIS EM GERAL | -147.951 | -145.855 | -80.947 | -506.712 |
| DESPESAS ADM EM GERAL | -5.165 | -4.166 | -4.517 | -18.639 |
| DESPESAS TRIBUTÁRIAS | -1.129 | -5.957 | -4.487 | -21.904 |
| OUTRAS RECEITAS | 6.213 | 640 | - | 22.972 |
| LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | -336.811 | 346.445 | -186.566 | -212.169 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 850 | 114 | 4.745 | 5.730 |
| DESPESAS FINANCEIRAS | -16.789 | -21.215 | -23.233 | -73.849 |
| LUCRO LÍQUIDO ANTES DOS IMPOSTOS | -352.751 | 325.345 | -205.053 | -280.288 |
| PROVISÃO PARA IRPJ /CSLL | - | -41.646 | _ | -41.646 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | -352.751 | 283.699 | -205.053 | -321.934 |

Fonte: Demonstrações financeiras fornecidas pelas Recuperandas

Análise

- Receita Bruta: a retração de 62% na competência de abril deve-se a fraca demanda do mercado por conta da COVID-19.
- Custo das Mercadorias vendidas: em abril consumiu toda a Receita Líquida, gerando prejuízo bruto de R\$
 28 mil. Compreende industrialização sob encomenda, mercadorias, fretes s/ compras e estoques. A contabilidade da Recuperanda informou que lança a totalidade dos estoques no CPV, distorcendo, portanto, as contas de resultado. Questionada, a empresa não fez alusão a proceder com o cálculo da forma que menciona as normas contábeis (estoque inicial + compras estoque final).
- Despesas comerciais com pessoal e benefícios: retraiu 21% em abril, devido, principalmente, à diminuição de gastos com salários em virtude das demissões, e redução de gastos com alimentação e transporte, em virtude dos contratos suspensos.
- Despesas comerciais em geral: em virtude do decréscimo de gastos com combustíveis e lubrificantes, comissões, despesas com comunicação, despesas com informática, despesas com veículos, energia elétrica, manutenção de máquinas, as despesas comerciais apresentaram retração de 45% na competência de abril. Todas as despesas reduziram, devido a retração no faturamento causado pela COVID-19, que levou a empresa a fazer demissões e suspender contratos de trabalho, com menos vendas e menos pessoal em atividade, as despesas tendem a diminuir.
- Despesas administrativas em geral: o aumento de 8% é representado principalmente por material de consumo e gastos com vigilância e segurança.
- Despesas tributárias: a retração de 25% deve-se ao ICMS DIFERENCIAL que diminuiu R\$2.402,89 em abril.
- Outras receitas: em abril a empresa não recebeu nenhuma bonificação, portanto, não houve receita.
- Resultado financeiro: a empresa desconta duplicatas em factoring, de modo que as despesas financeiras são maiores que as receitas que correspondem apenas a rendimento de aplicações financeiras, culminando, portanto, em resultado financeiro negativo.
- **Resultado Líquido:** em virtude da retração no faturamento, e principalmente dos custos calculados de forma equivocada, o mês de abril apontou resultado negativo de R\$205.052,95.

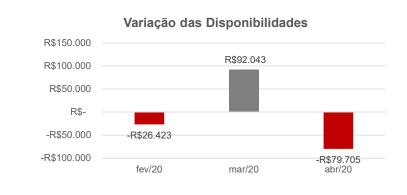


Demonstrativo de Fluxo de Caixa

| FLUXO DE CAIXA | fev/20 | mar/20 | abr/20 |
|--|----------|----------|----------|
| LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO | -352.751 | 283.699 | -208.053 |
| DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO NO EXERCÍCIO | 23.171 | 23.403 | 23.525 |
| AJUSTES PERÍODO ANTERIOR | _ | _ | -181.528 |
| (=)AJUSTES LUCRO LÍQUIDO DO PERIODO | -329.580 | 307.102 | -366.057 |
| CLIENTES | -45.040 | -9.652 | 21.602 |
| ESTOQUE | 305.969 | -286.006 | 123.952 |
| IMPOSTOS RECUPERAR | -1.369 | 12.075 | -2.058 |
| OUTROS CRÉDITOS | -5.594 | 13.338 | -13.403 |
| FORNECEDORES | 80.416 | 9.974 | -35.953 |
| DÉBITOS TRIBUTÁRIOS/TRABALHISTAS | -25.700 | 62.749 | 7.770 |
| DÉBITOS PARCELADOS | -3.028 | -3.028 | -3.028 |
| DEMAIS CONTAS PAGAR | 26.503 | 17.701 | 2.940 |
| (=)CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADE OPERACIONAL | 2.577 | 124.253 | -264.233 |
| AQUISIÇÕES DE IMOBILIZADO | -29.000 | -32.210 | ; ; |
| (=)CAIXA LÍQUIDO ATIV.INVESTIMENTOS | -29.000 | -32.210 | i |
| DIMINUIÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | - | - | į į |
| (=)CAIXA LÍQUIDO ATIV.FINANCIAMENTOS | - | - | <u>.</u> |
| DISPONIBILIDADES - INICIO PERÍODO | 544.288 | 517.865 | 609.908 |
| DISPONIBILIDADES - FINAL PERÍODO | 517.865 | 609.908 | 530.203 |
| (=)AUMENTO/DIMINUIÇÃO DISPONIBILIDADES | -26.423 | 92.043 | -79.705 |

ANÁLISE DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

- Atividade Operacional: a empresa manteve-se no mês de abril basicamente com recebimento de clientes. A redução de compras de mercadorias, inadimplência de impostos e suspensão de contratos de trabalho, auxiliou o caixa, pois a empresa não arcou com estes desembolsos. As principais saídas ocorreram devido ao pagamento pulverizado de fornecedores e liquidação de uma parcela do empréstimo concedido por Clea Weis.
- Atividades de Investimentos: não apontou movimentação.
- Atividades Financiamentos: não houve movimentações.
- No gráfico a seguir, verifica-se a variação de geração e consumo de caixa nos últimos três meses.



Fonte: Demonstrações financeiras fornecidas pelas Recuperandas

6. PLANO DE RECUPERÃÇÃO JUDICIAL



Meios de Recuperação

Reorganização Societária

A DIVULTEC, a seu critério, poderá realizar, a qualquer tempo, a partir do ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial, desde que convocada nova Assembleia Geral de Credores, para aprovação de quaisquer operações de reorganização societária, previstas no art. 50 da LFRE, entre elas:

- a) Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;
- b) Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, desde que não impliquem em diminuição da totalidade dos bens de titularidade da DIVULTEC ou em aumento do endividamento total:
- c) Aumento de capital;
- d) Arrendamento de estabelecimento;
- e) Venda de bens.

Administração

Durante todo o período em que estiver em recuperação judicial, a DIVULTEC poderá desenvolver suas atividades normalmente, exercendo todos os atos adequados ao cumprimento de seu objeto social, sem que haja necessidade de prévia autorização da Assembleia Geral de Credores ou do Juízo da Recuperação.

A DIVULTEC manterá uma administração profissional, que não medirá esforços para atingir os objetivos do plano até o seu integral cumprimento. A gestão da Recuperanda pautar-se-á pelas boas práticas de governança corporativa.

Salvo nas hipóteses de capitalização da empresa, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a sociedade não poderá distribuir lucros ou dividendos, antes do pagamento integral dos credores, respeitados os limites impostos pela lei.

Com o objetivo de redução de custos operacionais, a DIVULTEC promoverá ampla reestruturação administrativa da sociedade. A empresa poderá contrair empréstimos, com o objetivo de desenvolver suas atividades e cumprir as disposições previstas no plano de recuperação judicial, estando autorizada a conceder garantias, fidejussórias ou reais, a empréstimos contraídos, desde que tais garantias não recaiam sobre os bens que serão alienados para pagamento dos créditos trabalhistas.

A Recuperanda poderá locar e arrendar quaisquer bens de seu Ativo Permanente, durante todo o período em que se encontrar em Recuperação Judicial, respeitados, no que couberem, os parâmetros descritos no plano. Os valores obtidos com as referidas alienações, serão utilizados para a continuidade das atividades da DIVULTEC e pagamento de seus credores, sempre supervisionados pelo Administrador Judicial. Como alternativa ou de forma complementar a alienação de unidades produtivas e a capitalização a empresa, a Divultec poderá captar financiamentos

6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Proposta de Pagamento



Pagamento em uma única parcela. Em 30 dias a partir da homologação do plano aprovado em assembleia geral de credores. Correção de 6% ao ano e TR mensal.

Os créditos acordados serão julgados pela justiça do trabalho. Após homologação deste plano, estes novos créditos serão pagos da mesma forma, porém a partir da data de intimação da sentença.



Existe um único credor, o Banco do Brasil, com crédito no valor de R\$ 1.615.944,17. A proposta prevê pagamento em 156 meses, em parcelas iguais e sucessivas, sendo o pagamento da parcela inicial em 45 dias após a homologação do plano. O saldo líquido devedor será corrigido com juros de 6% ao ano e correção da TR mensal.

Classe III -Quirografários Serão pagos em 156 meses, em parcelas iguais e sucessivas, com deságio de 15% do crédito original. O início do pagamento se dará em 45 dias após a homologação do plano. O saldo líquido devedor será corrigido com juros de 6% ao ano e correção da TR mensal. O credor Caixa Econômica Federal não consta no plano apresentado pela Recuperanda, mas o mesmo está habilitado na Classe III — Quirografários.

Após o deferimento do processamento da recuperação judicial, todos os créditos sujeitos a recuperação judicial serão corrigidos com juros de 6% ao ano, aplicando-se correção monetária pela Taxa Referencial Básica Mensal.

A Recuperanda poderá contrair empréstimos, com o fim de manter e desenvolver suas atividades e cumprir o plano, estando autorizada a conceder garantias fidejussórias ou reais, desde que estas garantias não recaiam sobre os bens que serão alienados para pagamentos trabalhistas.

O plano será considerado descumprido, no atraso de pagamento de 3 parcelas. Caso a culpa não seja da Recuperanda, o plano não será considerado descumprido.

7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Proposta de Pagamento

DISPOSIÇÕES GERAIS AOS PAGAMENTOS DE TODOS OS CREDORES

O Plano de Recuperação Judicial opera a novação de todos os créditos a ele sujeitos, obrigando os credores e a devedora, nos termos do nos termos do art. 59 da LRFE, sem prejuízo das garantias. Os credores e a DIVULTEC poderão celebrar instrumentos contratuais que representam os créditos novados, de acordo com o Plano.

Os valores destinados ao pagamento dos Credores serão transferidos diretamente para a conta bancária do respectivo credor no Brasil, por meio de Documento do Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), mediante comprovação nos autos.

Para essa finalidade, os credores deverão informar à DIVULTEC, por correspondência escrita, endereçada à sede da empresa indicada no preâmbulo do plano, as suas respectivas contas bancárias no Brasil. Caso o credor não forneça os seus dados, dentro do prazo dos pagamentos, os valores devidos a este credor ficarão no caixa da empresa, até que o credor os forneça e serão pagos sem nenhum acréscimo. Os pagamentos somente serão feitos na conta de titularidade do credor, a menos que ocorra autorização judicial para pagamento de forma diversa. Ainda, a DIVULTEC poderá compensar eventuais créditos que tenha contra os credores, nos termos do plano.

A DIVULTEC poderá, a qualquer momento, desde que esteja cumprindo com as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, respeitada a necessidade de liquidez e capital de giro para a manutenção das operações, promover Leilão Reverso dos Créditos. Tal procedimento, consiste no pagamento antecipado dos credores, que oferecem os seus créditos com a maior taxa de deságio. O Leilão Reverso dos Créditos sempre será precedido de um comunicado da DIVULTEC a todos os seus credores, informando o valor que estará disponível para a quitação dos créditos e o deságio mínimo admitido, bem como a indicação do local, data e horário para sua realização.

Os credores interessados na participação do Leilão Reverso dos Créditos, deverão encaminhar proposta para a DIVULTEC, através de carta registrada, com aviso de recebimento (AR).



ANEXOS

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS MENSAIS DE ABRIL DE 2020.



ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

administradorjudicial.adv.br

PORTO ALEGRE / RS

NOVO HAMBURGO / RS

SÃO PAULO / SP

CAXIAS DO SUL / RS

BLUMENAU / SC



AV. DR. NILO PEÇANHA, 2900/701
TORRE COMERCIAL IGUATEMI BUSINESS
BAIRRO CHÁCARA DAS PEDRAS
CEP: 91330-001
51 3062.6770



RUA JÚLIO DE CASTILHOS, 679/111
CENTRO EXECUTIVO TORRE PRATA
BAIRRO CENTRO
CEP: 93510-130
51 3065.6770



AV. NACÓES UNIDAS, 12399/133 B ED. COMERCIAL LANDMARK BAIRRO BROOKLIN NOVO CEP: 04578-000 11 2769-6770



RUA ÂNGELO CHIARELLO, 2811/501 CENTRO EMPRESARIAL CRUZEIRO BAIRRO PIO X CEP: 95032-460 54 3419.7274



RUA DR. ARTUR BALSINI,107 BBC BLUMENAU BAIRRO VELHA CEP: 89036-240 47 3381-337